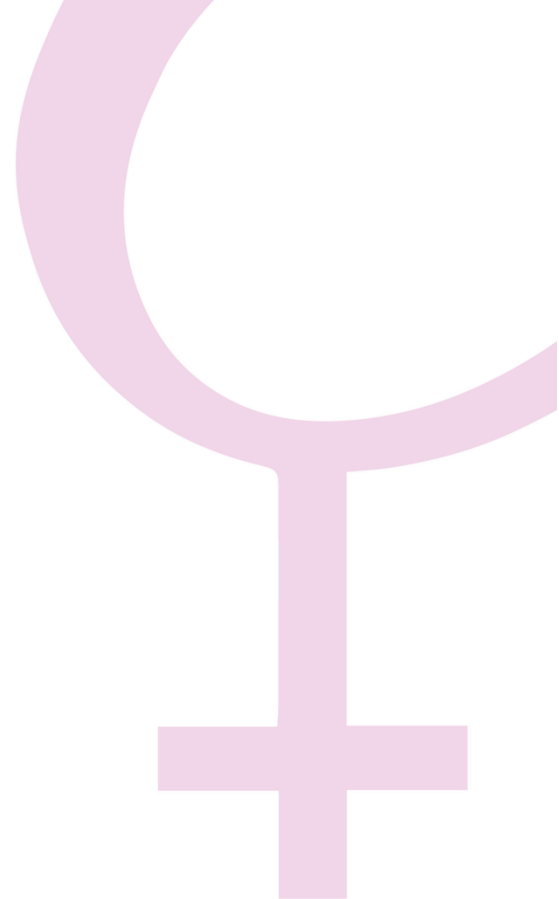


Encontro Nacional
do Grupo de Trabalho
Gênero/ANPUH

CADERNO DE RESUMOS
E PROGRAMAÇÃO





ENCONTRO NACIONAL GT GÊNERO DA ANPUH

ENGÊNERO - ES

CADERNO DE RESUMOS

VITÓRIA-ES

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Reitor: Reinaldo Centoducatte

Vice-Reitora: Ethel Leonor Noia Maciel

Diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais: Renato Rodrigues Neto

Vice-diretor do Centro de Ciências Humanas e Naturais: Julio César Bentivoglio

Chefe do Departamento de História: Maria Beatriz Nader

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História: Sebastião Pimentel Franco

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE GÊNERO, PODER E VIOLÊNCIA (LEG/UFES)

Coordenação

Maria Beatriz Nader

GT GÊNERO DA ANPUH NACIONAL

Coordenação

Alcileide Cabral do Nascimento

Lídia Maria Vianna Possas

GT GÊNERO DA ANPUH-ES

Coordenação

Maria Beatriz Nader

Sebastião Pimentel Franco



ENCONTRO NACIONAL GT GÊNERO DA ANPUH ENGÊNERO - ES

Organizadores

Maria Beatriz Nader, Alex da Silva Ferrari, Francesco Suanno Neto, Jacqueline Medeiros Caminoti, Jéssica Oliveira Freitas, João José Barbosa Sana, Leandro Lunz, Luciana Silveira, Mirela Marin Morgante, Miriam Albani e Renata Alves da Silva Brexo.

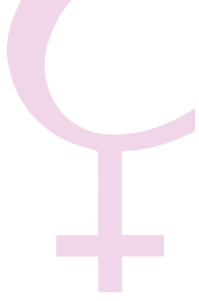
Realização:



Apoio:



GT Gênero Anpuh-ES



APRESENTAÇÃO

A Associação Brasileira de História – ANPUH – é uma entidade que agrega profissionais atuantes na área de História e mantém em sua organização Grupos de Trabalho (GT's) que consistem em conjuntos de pesquisadores que se propõem a trabalhar certo eixo temático em caráter contínuo, definindo para isso um programa de atividades, tais como debates, pesquisas, produções, participação e promoção de eventos.

O Grupo de Trabalho Gênero, criado em 2001, reúne pesquisadoras/es de diferentes estados do Brasil, vinculados ao tema Gênero, e tem como objetivo constituir uma rede nacional de estudos, bem como promover a criação de laboratórios vinculados a esta temática. Hoje, no país o GTGênero da ANPUH tem mais de dez sessões regionais.

O GTGênero - Regional Espírito Santo, agrega professores e alunos de pós-graduação e de graduação que pesquisam temas relacionados aos estudos de gênero. O Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência da UFES é o centro de ação que sedia o GTGênero capixaba.

No último encontro do GT Gênero, no Simpósio Nacional de História, realizado na cidade de Natal (RN), no ano de 2013, o GTGênero - Regional Espírito Santo, convidou a todos e todas para participar do **Encontro Nacional do GT Gênero no Espírito Santo - ENGÊNERO/ES**, em novembro de 2014.

O objetivo do **ENGÊNERO** é criar um novo espaço de troca de experiências e diálogo entre investigadoras/es acadêmicas/os capixabas e as/os membros



do GTGênero Nacional, e pretende reunir trabalhos que tratem, sob a perspectiva de gênero, questões que abordam o campo dos estudos feministas e estudos sobre a masculinidade. Pretende-se, assim, possibilitar uma formação mais qualificada na área e produzir conhecimentos que possam resultar em material bibliográfico a ser publicado em livros e periódicos sobre o tema.

Comissão Organizadora





PROGRAMAÇÃO GERAL

19 DE NOVEMBRO, QUARTA-FEIRA

MANHÃ

08:00 CREDENCIAMENTO (Local: Auditório CCE)

09:00 ABERTURA (Local: Auditório CCE)

DIREÇÃO DO GT GÊNERO-ANPUH:

Prof.^a Dr.^a Alcileide Cabral do Nascimento

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

Prof.^a Dr.^a Lidia Maria Vianna Possas

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA JÚNIOR

10:30 CONFERÊNCIA

Prof.^a Dr.^a Luzia Margareth Rago

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINHAS (UNICAMP)

Tema: *A importância dos estudos de gênero no ensino de História*

12:00 INTERVALO (almoço)



TARDE

14:00 COMUNICAÇÕES

Gênero, Família e Trabalho (Local: Salão Azul- CCJE)

Gênero, História e Educação (Local: Sala 09 do IC2)

Gênero e Violência 1 (Local: Anfiteatro 01 do Anexo)

Gênero e Violência 2 (Local: Sala 05 do Anexo)

16:00 PALESTRA (Local: Auditório CCE)

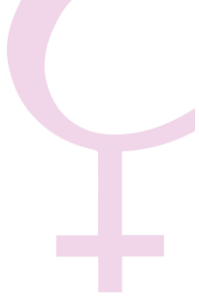
Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD)

Tema: *Gênero, Memória e História das Mulheres*

DEBATE

17:00 COFFEE BREAK (Local: ADUFES)



20 DE NOVEMBRO, QUINTA-FEIRA

MANHÃ

08:00 COMUNICAÇÕES

Gênero, História e Educação 1 (Local: Sala 15 do IC3)

Gênero, História e Educação 2 (Local: Sala 18 do IC3)

Gênero e Violência 1 (Local: Anfiteatro 01 do Anexo)

Gênero e Violência 2 (Local: Sala 05 do Anexo)

10:00 PALESTRA

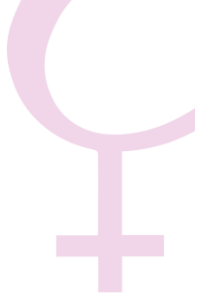
Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Fávero Arend

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (UDESC)

Tema: *Mulher, Família e Trabalho*

DEBATE

12:00 INTERVALO (almoço)



TARDE

14:00 REUNIÃO DO GT GÊNERO/ANPUH (Local: Salão Azul – CCJE)

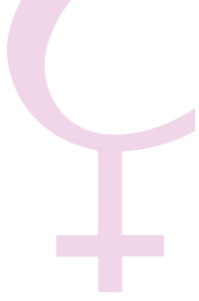
16:00 CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO (Local: Salão Azul – CCJE)

Prof.^a Dr.^a Lana Lage da Gama Lima

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO (UENF)

Tema: *Gênero e Violência*

DEBATE



COMUNICAÇÕES

19 DE NOVEMBRO, QUARTA-FEIRA, 14:00

GÊNERO, FAMÍLIA E TRABALHO

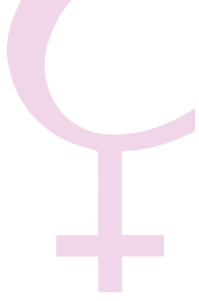
(Local: Salão Azul - CCJE)

Elaine Borges Tardin

Universidade Estadual Norte Fluminense

Guerreiras da paz: militares brasileiras na MINUSTAH.

Uma das mudanças ocorridas nas organizações militares foi o recrutamento feminino, que ocorreu não de modo acidental, mas acompanhou as transformações verificadas nas relações sociais de gênero. Por outro lado, as instituições militares passaram por importantes modificações estruturais no final da Guerra Fria, quando novos conceitos de segurança, defesa, direitos humanos e soberania no nível internacional e nacional foram rediscutidos, surgindo uma nova ordem mundial que alterou profundamente as relações entre os países. No nível estratégico, as guerras tradicionais foram perdendo espaço para as guerras civis, caracterizadas pela forte violação de direitos humanos. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU), tornou-se mais ativa nos processos políticos decisórios em diversos países, e passou a intervir de fato nas situações de conflito. Com a crescente incorporação feminina nas Forças Armadas de diversos países também houve o interesse da ONU na participação de mulheres militares nas missões de paz. No caso brasileiro, destaca-se a presença feminina na MINUSTAH, a missão de paz no Haiti comandada pelo Exército brasileiro. Mas, apesar de estarem em zonas de conflito, as militares têm assumido papéis considerados mais adequados ao seu sexo, ou seja, são médicas, enfermeiras, dentistas, assistentes jurídicas, veterinárias, tradutoras e psicólogas. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar as práticas das militares brasileiras na MINUSTAH e como as representações de gênero influem sobre o papel a elas atribuído.



Francesco Suanno Neto

Universidade Federal do Espírito Santo

A composição populacional e as chefiadas dos domicílios de Aldêa Velha (ES), 1843.

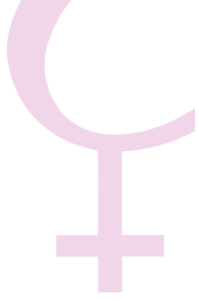
Este artigo apresenta dados discutidos na dissertação de mestrado intitulada Poderes e Família: Domicílios multifacetados chefiados por mulheres, Aldêa Velha, 1843. Partindo de uma documentação de caráter demográfico, o Mappa da Populasam da Freguezia de Nossa Senr.A da Penha de Aldêa Velha; Pertencente ao anno de 1843, foram confeccionadas tabelas e interpretados os dados com o interesse de ocupar lacunas e proporcionar o entendimento da diversidade e pluralidade da composição das famílias da região. Esse enfoque visa promover as desmistificações das generalizações historiográficas, que, muitas vezes, impedem de enxergar as multifacetadas das famílias e das relações de gênero no Brasil.

Laila Lua Pissinati

Universidade Federal do Espírito Santo

Mulher e o casamento na casa real e na alta nobreza portuguesa em fins da Idade Média.

Na sociedade portuguesa do século XV, a situação da mulher e do homem eram claramente distintas. Havia relativa liberalidade para a satisfação dos desejos masculinos, desde que fossem preservadas as mulheres de status elevado. Contudo, as mulheres pertencentes a estamentos inferiores poderiam ser seduzidas e tornadas barregãs. Durante o Medievo, o discurso clerical acerca da mulher pautava-se em cima de três grandes símbolos: Virgem-Maria, assexuada e santa; Eva, a culpada de todos os males e Madalena, a pecadora arrependida. Embora a desigualdade de gêneros seja preexistente ao cristianismo, o discurso cristão foi fundamental para a propagação dessas disparidades. A Igreja estabeleceu uma dualidade entre o homem (razão e mente) e mulher (corpo e desejo). Havia a ideia, de que a mulher levava o homem ao pecado, pois ela era sempre comandada pelos desejos da carne, e, logo, estava distante do espírito de



Deus. Por meio da análise das crônicas produzidas no período proposto, esse artigo analisará os discursos da Igreja Católica, que permeavam aquela sociedade, sobre a moral da mulher e sua sexualidade, bem como seu lugar dentro do matrimônio.

Marcela Aguiar Barbosa

Universidad Pontificia de Salamanca / Instituto Federal do Espírito Santo

Mulher, trabalhadora... talvez mãe. (Re)definindo o papel da mulher na contemporaneidade.

Tradicionalmente, o papel desempenhado pelas mulheres na vida social e no âmbito familiar estava condicionado à categorização de gênero estabelecida socialmente, que, vinculava mulher à maternidade. Entretanto, viver na sociedade atual, definida por muitos como individualista, em busca da igualdade e secularizada, tem implicações diretas na decisão dos indivíduos e na flexibilização dos papéis sociais. Unidos a este processo, a generalização do uso dos métodos contraceptivos e as mudanças sócio-econômicas ofereceram à mulher a possibilidade de controlar a fecundidade. A decisão por ter ou não ter filhos e quando tê-los se expandiu a um setor cada vez mais amplo da população, permitindo a mulher garantir seu espaço no mercado de trabalho. Este panorama coloca a mulher contemporânea diante de uma encruzilhada: desempenhar o papel de trabalhadora e/ou mãe. Através da pesquisa bibliográfica e de dados secundários (IBGE), este estudo se propõe a investigar a (re)definição dos papéis da mulher na contemporaneidade, suas causas e as consequências sobre a maternidade.

Mirela Marin Morgante

Universidade Federal do Espírito Santo

Mulher e trabalho: novo milênio, novas relações?

A partir da segunda metade do século XX, as mulheres adentraram de maneira crescente no mercado de trabalho brasileiro. Antes disso, o trabalho feminino era caracterizado pela informalidade representada pelas atividades exercidas dentro da esfera doméstica. Com o desenvolvimento industrial e urbano do Brasil, a participação feminina no mercado formal de trabalho passou a ser cada vez mais necessária. Adentrando na primeira década do



novo milênio, vê-se que as mulheres estão bastante presentes no cenário trabalhista brasileiro, compondo uma dinâmica de inserção feminina no âmbito público iniciada principalmente na década de 1960. Não obstante as grandes conquistas das mulheres com relação ao seu trabalho e a sua qualificação profissional na década de 2000, ainda é possível visualizar as desigualdades de gênero presentes no labor feminino, seja pela remuneração ainda inferior a masculina, seja pela necessidade de escolarização superior à masculina. O presente artigo pretende analisar as novas relações da mulher e seu trabalho, principiadas nas últimas décadas do século XX, mas que ainda encontra sérios entraves para a plena igualdade de gênero no século XXI.

Nathália Saraiva Ribeiro

Universidade Federal Fluminense

Das cocottes às operárias: reflexões sobre a mulher e a modernidade na belle époque carioca através das crônicas de João do Rio (1881-1921).

O propósito deste trabalho é discutir a figura da mulher no início do século XX através de crônicas que compõem a obra de João do Rio (1881-1921), tendo em vista a modernização da cidade do Rio de Janeiro durante o Governo de Rodrigues Alves e do prefeito Francisco Pereira Passos. O que busco aqui é destacar a figura feminina no contexto das modificações sócio-urbanas no Rio de Janeiro de início de século, ressaltando a importância do ideal de modernidade que se impunha à corrida ao progresso e como essa modernidade afetava o cotidiano dos habitantes da cidade. É o tempo do surgimento das cocottes, da troca do café pelo chá e das operárias e outras mulheres de trabalho não regulamentados que complementam ou até sustentam economicamente a família. As mudanças no espaço privado e público influenciam diretamente aquelas mulheres e suas sociabilidade, ler, então, nas crônicas de João do Rio essas mulheres andando pela cidade criando novos espaços, lutando para sobreviver ou para participar dessa modernidade é meu enfoque.



Schirlen Pancieri Lima

Universidade Federal do Espírito Santo / Instituto Federal do Espírito Santo

Relações de gênero e formação profissional: um estudo de caso no/do curso técnico de modelagem do vestuário.

O trabalho intitulado “Relações de Gênero e Formação Profissional: um estudo de caso no/do curso Técnico de Modelagem do Vestuário” visa a compreender os fatores históricos e sociais que configuram as relações de gênero nesse curso e no mundo do trabalho. Esta pesquisa resulta de um estudo de caso de caráter qualitativo, do qual foram coletados dados, por meio de questionário, para investigar as relações de gênero existentes e compreender a presença feminina e masculina no corpo discente desse curso, ao lado dos enunciados sexistas ou não presentes nas práticas e nos discursos que o regem e, também, na instituição pesquisada. Considerando que a educação profissional está articulada com o mercado de trabalho, nota-se que ainda há uma divisão sexual do trabalho, tanto na formação quanto no mercado, uma vez que determinados cursos e profissões estão voltados para “o fazer” desempenhado por um determinado gênero. Os resultados indicam que, de 2006 até 2012, a maioria dos matriculados é do sexo feminino, apontando que há uma feminização no curso pesquisado.

Temis Gomes Parente

Universidade Federal do Tocantins

Memórias, gênero e ativismo político de mulheres nos reassentamentos rurais na Amazônia brasileira.

O presente trabalho tem como objetivo buscar entender o papel do ativismo político das mulheres das organizações sociais, neste caso em particular o Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, que lutam para defender os direitos dos atingidos pelas construções de grandes hidrelétricas. O nosso estudo vai analisar o processo de formação de lideranças locais nos reassentamentos criados em detrimento da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito na divisa do Estado do Tocantins e Maranhão no contexto da Amazônia Legal brasileira. É através das memórias dessas lideranças que analisaremos as mudanças ocorridas nas comunidades locais e tentaremos identificar se



essas mudanças levaram ao um processo de empoderamento ou não dessas mulheres e suas comunidades.

GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO 1

(Local: sala 09 do IC2)

Ana Maria Marques e Silmara Aparecida Bezerra Silva

Universidade Federal de Mato Grosso

História visual: o masculino em pinturas de Antônio Parreiras.

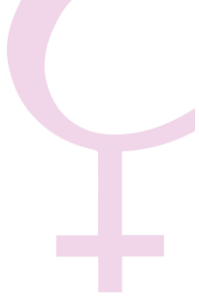
As fontes visuais são discutidas através de seus recursos operacionais para o ensino da História. A proposição passa pelo debate da memória, educação patrimonial e gênero. Através de algumas obras do acervo pictórico de Antônio Parreiras discutimos contextos da produção, do autor e a construção de masculinidades presentes sem discursos da construção da nação no início do século XX.

Caroline Pereira Leal

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Relações de Gênero no Carnaval de Porto Alegre.

A presente comunicação pretende abordar as relações de gênero presentes no carnaval de Porto Alegre, a partir do renascimento das sociedades carnavalescas Esmeralda e Venezianos (1906-1914). Gostaríamos de apresentar como se estabeleceram relações de poderes a partir desta festividade, apontando para os significados construídos para a participação das mulheres no carnaval.



Cristiane Araujo de Mattos

Universidade Federal do Espírito Santo

Gênero, História e Poder no Direito brasileiro.

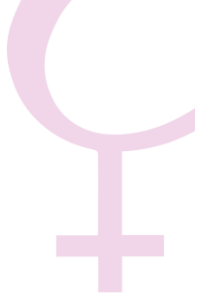
O sistema jurídico brasileiro apresenta-se como uma rede muito ampla. Nela estão envolvidas diversas atividades relacionadas à legislação, fiscalização, prestação direta e indireta de serviços jurídicos, quer públicos, quer privados, em obediência a diversos níveis de subordinação hierárquica. A partir do momento em que um projeto de lei é apresentado para a apreciação do Poder Legislativo, pode-se afirmar que já faz parte do citado Sistema Jurídico. Considerado pouco acessível, o discurso jurídico – incorporado às leis, portarias, sentenças, acórdãos, etc. – revela uma representação assimétrica de poder desde sua origem, refletindo e reforçando a perspectiva de delimitação e conformação de papéis quanto ao que se deva entender como inerente ao feminino e ao masculino. Neste sentido, ainda que a produção legislativa atual pareça direcionar-se para o cumprimento da premissa constitucional de que homens e mulheres são iguais, sua interpretação e aplicação aos casos concretos, dever atribuído ao Poder Judiciário, ainda reflete uma formatação social caracterizada por discriminações e perpetuação de discursos de poder. Apresentar a construção histórica de tal prática é o objetivo deste trabalho.

Fabiano de Souza Coelho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Religião, Identidade e Poder no Fim do Mundo Antigo: uma comparação das representações de gênero nas obras de Jerônimo e Agostinho.

A presente comunicação tem como objetivo explicitar a minha proposta de pesquisa de doutorado vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual pretendo investigar, por meio do método comparativo, como Jerônimo (347- 419 d. C.), monge e sacerdote católico, e Agostinho (354-430 d. C.), bispo de Hipona, em seus discursos contra Joviniano – produzidos entre os anos 390 a 415 –, pensaram os gêneros feminino e masculino, e, conseqüentemente, impactaram a percepção da Igreja Católica sobre a mulher.



Leandro Alves Wanzeler e Hilda Lopes Muniz

Centro de Estudos Avançados em Pós Graduação e Pesquisa

A mulher negra, pobre e surda: lutas e conquistas.

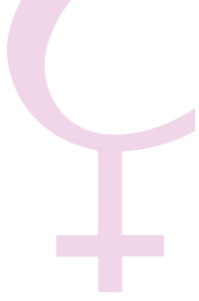
Este estudo tem como perspectiva analisar o contexto histórico da mulher na sociedade patriarcal e seus papéis na sociedade atual, mostrando que através das lutas - nos movimentos feministas - muito se conquistou. Hoje ela ocupa importantes papéis na vida política e social no mundo. Os desafios ficam ainda maiores quando olhamos mais atentamente para a mulher negra, pobre e surda. Este olhar pode evidenciar que as lutas são acirradas e, os resultados - para a inclusão - nem sempre significativos. Isto por que esta mulher convive, ainda, com outros preconceitos e conceitos que demandam dos educadores e pensadores das políticas públicas, reflexões e ações que possibilite outro percurso para sua história de vida desta mulher. Nessa ótica, a escolarização precisa trabalhar na defesa da aquisição do conhecimento científico, visando a garantia de direitos, voltando o olhar crítico para os obstáculos vivenciados dentro da escola. A pesquisa será de análise bibliográfica, em contexto histórico, sociocultural e legal. Tendo assim, a escola como reprodutora de valores, conceitos e preconceitos.

Rodrigo Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Federal do Rio de Janeiro

As transformações no Matriarcado Nagô nos candomblés do Estado do Rio de Janeiro (séculos XX e XXI): A figura do homem no comando dos Axés.

A análise de uma amostra de 32 terreiros de candomblé do estado do Rio de Janeiro demonstram como a liderança feminina vem diminuindo frente ao comando masculino. O fato pode ser analisado a partir da quebra ou relativização do preceito do "matriarcado nagô", onde a proeminência e liderança feminina eram um dos pilares deste culto afro-brasileiro, mas também pela aceitação de dirigentes homens e a emergência de homossexuais masculinos no comando dos terreiros. O fato demonstra como historicamente este "Matriarcado" tem se transformado e permitindo novas configurações no comando dos Axés e na "Família de Santo".



GÊNERO E VIOLÊNCIA 1

(Local: Anfiteatro 01 do Anexo)

Gislene Tschaen Gonçalves

Universidade Federal do Espírito Santo

Dança, gênero, heteronormatividade.

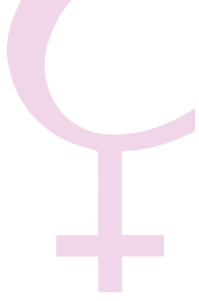
O texto que ora se apresenta trata da temática do homem no universo da dança e objetiva apresentar reflexões sobre gênero e formação profissional no campo da Educação Física. Saraiva Kunz (2003) tem defendido a tese de que os professores de Educação Física Escolar, do sexo masculino, demonstram maior resistência para o trabalho com esse conteúdo. O texto ainda busca compreender, a partir das experiências vivenciadas na formação inicial do curso de Educação Física da Universidade Federal do Espírito Santo, os discursos sobre gênero e heteronormatividade que circulam entre sujeitos que praticam a dança nesse espaço. Essa temática foi discutida por Andreoli (2011) em sua dissertação de mestrado sobre dança e gênero. Fundamenta-se nos estudos que abordam o conceito de gênero e as suas relações com as reflexões sobre a dança como prática corporal-cultural (RODRIGUES, 2014). Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e fez uso de narrativas produzidas por homens para identificar os modos pelos quais esses sujeitos percebem o processo de sujeição ao poder biopolítico (FOUCAULT, 1988) que incide sobre os corpos masculinos.

Isabella Cotta Lanza Peixoto

Universidade Federal do Espírito Santo

A Violência Simbólica Embutida nas Cantigas de Roda e Seus Reflexos no Comportamento de Gênero.

As cantigas de roda, considerada parte do nosso folclore brasileiro, acarretam impactos na trajetória de desenvolvimento daqueles que a vivenciam. O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o fenômeno da violência simbólica através da aplicabilidade da teoria sistêmica, mostrando o quanto que estas cantigas vem construindo ao longo dos anos uma cultura oculta que condiciona a mente destas crianças para a prática da



violência de gênero. Por fim, far-se-á análise de algumas cantigas como forma de delimitar as abordagens do campo de investigação.

Luciana Gonzaga Bittencourt

Universidade Federal Fluminense

As relações de gênero e suas implicações nas questões relativas à violência contra crianças.

Tendo como base a pesquisa “Violência Silenciada”, ligada ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade Federal Fluminense – NUDHESC/UFF esse trabalho tem como objetivos: descrever, analisar e identificar os tipos de violência infantil que configure o contexto das violações de direitos baseadas na questão de gênero. Tal estudo busca compreender a reprodução dos papéis sociais estabelecidos na sociedade, através de como somos socializados, que permitem atitudes e comportamentos formados no que se atribui ao sexo feminino e masculino, aprendidos principalmente na família, na escola, na instituição religiosa, no grupo de amigos e/ou na mídia. Os processos de criação e socialização de crianças são repletos de estratégias para o controle corporal que demarca práticas como formação de grupos de acordo com o sexo, que estabelecem disputas e reforçam a segregação dos gêneros na sociedade separações entre meninos e meninas. Sinalizamos ainda que crianças do sexo masculino são os que mais sofrem violência física; do sexo feminino as que mais sofrem violência intrafamiliar no âmbito doméstico, pois o masculino está voltado para o mundo externo, enquanto o feminino para o interno (SAFFIOTI, 1997).

Márcia Saldanha Moreira

Universidade Federal do Espírito Santo

O Serviço Social na Casa Abrigo Maria Cândida Teixeira- CAES.

O Serviço Social vêm desenvolvendo um trabalho de escuta apurada com as mulheres que estão inseridas na Casa Abrigo Estadual “Maria Cândida Teixeira”, seja por meio de entrevista individual ou grupos de trabalho onde são inseridas dinâmicas de grupo com os mais diversos temas. São também utilizados filmes com temáticas relacionadas à



violência doméstica, dramas familiares, comédias, visando refletir o ciclo da violência doméstica e suas consequências.

Paula Faustino Sampaio

Universidade Federal de Mato Grosso

Deluindo em águas memórias dos (des)afetos: a arte de Beth Moyses e a denúncia das violências contra mulheres.

A violência contra as mulheres é tema central da produção artística da artista plástica Beth Moyses. Após abandonar as pinturas em 1993, a artista plástica passou a pensar os universos do afeto feminino, tomando as memórias e os objetos do ritual ocidental do casamento, a exemplo do vestido de noite, como objeto do imaginário afetivo feminino. Por meio de performances nas ruas das cidades de São Paulo e Brasília a arte de Beth Moyses denuncia a cultura machista e a violência contra a mulher desacralizando e desromantizando o vestido de noite, entre outros objetos. Em 2000, em virtude do Dia Internacional da não violência contra a mulher, instituído pela ONU em 1999, nas ruas do centro de São Paulo, 150 mulheres desfilaram vestidas de noiva. As fotografias desta performance compõem “Memória do Afeto”. Nesta comunicação, objetivo mostrar como se dá a dessacralização e (des)romantização do casamento ao mesmo tempo em que discuto a relação entre produção artística e as práticas de resistência feminista na desconstrução das ideias patriarcais e na denúncia das violências nas relações de gênero a partir da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, no Brasil.

Rosely Maria da Silva Pires

Universidade Federal do Espírito Santo

O paradigma indiciário como possibilidade de leitura textual: a lógica perversa no fundamentalismo religioso, nos regimes totalitários e na misoginia.

O artigo é um inventário etnográfico com base em Ginzburg (2007). Neste buscamos apresentar a experiência de ler um texto cheio de diferentes linguagens. O desafio apresentado foi ler os testemunhos históricos a “contrapelo, contra as intenções de quem os produziu” (BENJAMIN, 1993). Como exemplos de lógica perversa, o autor apresenta o julgamento problematizado por Hannah Arendt, ocorrido em 1963, do carrasco nazista



Adolf Eichmann julgado por matar milhares de judeus durante o holocausto. Traz também para o debate o assassinato de Theo Van Gogh, realizado em 2004 por um muçulmano. O documentarista holandês produziu documentários em parceria com a muçulmana Hirshi Ali sobre os maus tratos sofridos pelas mulheres muçulmanas e por este motivo foi morto. O paradigma indiciário, como recurso metodológico, nos permitiu observar ainda como a misoginia está presente na cultura ocidental em diversos momentos. O entendimento da importância de trabalhar com os afetos, num paradigma para além da racionalidade instrumental, tem sido fundamental para a percepção de ideologias, inclusive a misoginia, presentes nas nossas produções intelectuais e artísticas.

GÊNERO E VIOLÊNCIA 2

(Local: Sala 05 do Anexo)

Ana Carla de Oliveira Pinheiro

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Desafios do Projeto “Mulheres da Paz” em Terra Vermelha – Vila Velha/ES como política pública de gênero.

Neste texto apresento minhas análises sobre o projeto “Mulheres da Paz”, voltado à prevenção à violência, desenvolvido na região de Terra Vermelha, no município de Vila Velha no ES, no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). O projeto tinha como objetivo promover e garantir a cidadania feminina, capacitando mulheres da comunidade para atuarem como mediadoras sociais em seus bairros e, mais especificamente, acompanharem o percurso social e formativo dos jovens participantes de outra ação do PRONASCI, o Projeto de Proteção ao Jovem em Território Vulnerável - Protejo. O estudo procurou caracterizar as representações que embasaram a elaboração e desenvolvimento do projeto e suas implicações para as “mulheres da paz”. Assim, descrevo as propostas, conflitos, dificuldades e potencialidades de uma política pública com recorte de gênero, analisando seus principais desafios em promover o empoderamento e emancipação das mulheres. Por onze meses realizei trabalho de campo na região de Terra Vermelha, associando técnicas de entrevistas e grupo focal, buscando entender as dinâmicas empreendidas no desenvolvimento do projeto, e



compreender como o contexto cultural modelou suas ações naquela localidade, adotando como referencial teórico os conceitos de gênero e cultura.

Katia Cristini Kaiser

Ministério Público do Estado do Espírito Santo / NEVID

Projeto Educar em Direitos das Mulheres MP e Comunidade.

O projeto pretende ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos civis, políticos, direito à vida, Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha, e superar falhas na comunicação entre o poder público e a população sobre direitos. Visa estimular que a mulher seja multiplicadora na sua família e junto à comunidade onde está inserida. É desenvolvido em parceria com as Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde dos municípios. São promovidas palestras e mídias com os temas: aspectos históricos dos direitos das mulheres, violência de gênero, violência contra a mulher e ciclo de violência; aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha e a Rede de Atendimento. Desde 2013, já foram parceiros desta ação 14 municípios e já participaram 1.022 mulheres.

Luciane Soares da Silva e Maria Luiza Lacerda Carvalhido

Universidade Federal do Rio de Janeiro / Universidade Estadual Norte Fluminense

Um estudo de caso sobre o uso do monitoramento eletrônico em mulheres.

Este trabalho é um recorte do projeto de dissertação que tem como objeto de estudo as representações sociais de condenados pela justiça a usarem a tornozeleira de monitoramento eletrônico, em situação de progressão de regime de pena ou como cumprimento de medida cautelar. O recorte será feito a partir de um estudo de caso de uma apenada grávida, que reside na cidade de Itaperuna/RJ e que está fazendo uso da tornozeleira de monitoramento eletrônico de preso. Partindo do relato das experiências de vida dessa apenada, pretende-se estudar e entender o estigma que essa jovem mãe sofre.



Mariana Frizheiro da Ssilva Cruz Freire

Universidade Federal Fluminense

Violência doméstica: Uma análise das desigualdades de gênero no processo da notificação compulsória em São Gonçalo.

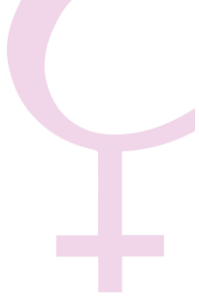
Este trabalho tem como base o projeto de Pesquisadesenvolvido pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania – NUDHESC/Universidade Federal Fluminense/UFF e Núcleo de Pesquisa Histórico sobre Proteção Social – NPHPS/CRD/UFF. O estudo visa problematizar a desigualdade de gênero no processo de notificação compulsória das mulheres vítimas de violência doméstica. Apresenta análise dos principais pontos identificados no decorrer dos atendimentos, principalmente nos estabelecimentos da rede de proteção do município de São Gonçalo. O Município de São Gonçalo pertence à região metropolitana do Rio de Janeiro e possui população oficial é de 1.008.065 habitantes (IBGE, Censo 2010). Apresenta a imprescindibilidade de expansão da rede de proteção social e expõe a necessidade da efetiva implantação da notificação compulsória da violência cometida na esfera privada. Torna-se primordial na análise da violência doméstica entender a categoria de gênero eo sistema de papéis e de relações entre mulheres e homens, sejam elas, nas relações declasses sociais, étnico-raciais; os quais são determinados pelo contexto histórico, social, cultural, político e econômico no qual estão inseridos.

Nayara Moreira Lisardo Pasti

Universidade Federal do Norte Fluminense

A aplicação do método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) em unidades prisionais masculinas e femininas: um estudo comparado.

A pesquisa pretende analisar a situação das mulheres encarceradas e as diferenças em relação à situação masculina no sistema prisional, observando as distinções não apenas quanto às condições de cumprimento de pena, mas também no tocante às repercussões da condenação e prisão para a vida das mulheres sentenciadas e suas famílias. Essa análise mostra-se relevante em razão tanto do crescimento da população carcerária



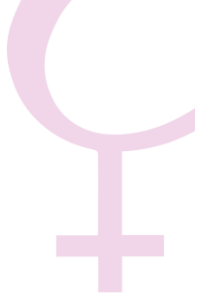
feminina, quanto pela observação de que alguns direitos e benefícios próprios da execução penal, como as visitas íntimas, por exemplo, acabam não sendo estendidas às unidades femininas. Também as iniciativas alternativas, direcionadas à humanização da execução e promoção da reinserção social que vêm sendo praticadas em estabelecimentos prisionais destinados à população carcerária masculina pouco tem sido aplicadas às mulheres. Nosso estudo focaliza o método APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados) de execução penal, comparando as práticas observadas no cotidiano de duas unidades prisionais, uma masculina e uma feminina, localizadas em Itaúna, Minas Gerais, com o objetivo de verificar como as representações de gênero incidem sobre as formas como é aplicado a homens e mulheres.

João José Barbosa Sana

Universidade Federal do Espírito Santo

A CPMI das Mulheres e os Centros de Reeducação de Autores de Violência.

A lei nº 11.340/2007 (lei Maria da Penha), no inciso V, Artigo 35, prevê a possibilidade de criação de centros de educação e de reabilitação para os agressores. O presente trabalho, tem em como referência, o relatório final da CPMI que investigou a violência contra a mulher, procura avaliar o andamento deste inciso da lei no âmbito das ações que podem fortalecer o enfrentamento da violência no Brasil, tendo em vista que predominantemente são os homens (esposos, namorados, companheiros, ex-esposos, ex-namorados e ex-companheiros) os principais perpetradores da violência contra a mulher.



COMUNICAÇÕES

20 DE NOVEMBRO, QUINTA-FEIRA, 08:00

GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO 1

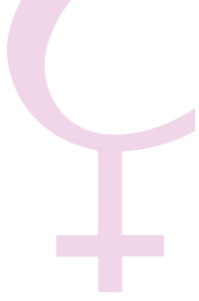
(Local: Sala 15 do IC3)

Ana Carolina Eiras Coelho Soares

Universidade Federal de Goiás

Gênero e visões de ensino: formas plurais de ensinar História

O presente trabalho é fruto da pesquisa “Gênero na escola: uma visão a ser desvendada” desenvolvida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero da FH/UFG/CNPq. Trata-se de uma pesquisa que visa analisar a inserção dos estudos de gênero nas atividades escolares, partindo da premissa constatada em estudos publicados, que embora os estudos de gênero tenham avançado no campo científico e universitário, suas discussões ainda são tímidas nas salas de aula regulares do ensino fundamental e médio. A pesquisa procura abordar as razões alegadas para essa dificuldade da temática: questões estruturais, falta de incentivo da direção, temática muito “delicada” e imprópria para aulas de História, sendo mais adequadas às disciplinas de “Ciências” ou “Biologia” e falta de tempo devido ao excesso de matéria curricular oficial. Portanto, o projeto pretende, dentre outros objetivos, produzir material didático que faça parte das temáticas curriculares tradicionais, incluindo a participação das mulheres e grupos LGBTTT’s normalmente relegados aos “silêncios da História” e promover debates e oficinas em escolas com esse material independente, apresentando uma forma conciliatória de ensino de História que, realmente, promova um debate histórico plural.



Cíntia Moreira Costa

Universidade Federal do Espírito Santo

Um curso, duas matrizes curriculares – Diferenças entre os currículos das seções feminina e masculina da Escola Normal do Espírito Santo na Primeira República

Para analisar as condições de escolarização de crianças e adolescentes, especialmente meninas, durante a Primeira República, faz-se necessário compreender três fatores primordiais: a reorganização do modelo administrativo e pedagógico das instituições escolares, a ampliação da oferta de vagas no ensino primário e nos cursos de formação de professores e o processo de feminização do magistério. Considerando a recusa inicial da sociedade capixaba à co-educação e diante do pequeno número de mulheres com formação específica para atuar na docência, foi criada no estado em 1892, a Escola Normal. A instituição contava com seções masculina e feminina separadas, que funcionavam em locais distintos e com matrizes curriculares bastante diferenciadas. Havia uma verdadeira cisão curricular entre as seções da mesma instituição, no mesmo período histórico. Às alunas era interdito o estudo de disciplinas das grandes áreas de Ciências Biológicas e Ciências Exatas. Das dezessete disciplinas ministradas a alunos do sexo masculino, apenas sete eram permitidas a alunas do sexo feminino. O presente trabalho pretende comparar ambas as matrizes curriculares e identificar fatores que possibilitaram a manutenção de tais interdições durante mais de duas décadas.

Edna Graça Scopel e Maria José de Resende Ferreira

Universidade Federal do Espírito Santo

Relações de gênero e educação profissional: a experiência escolar das estudantes da EJA no IFES

A proposição deste estudo é elucidar reflexões acerca dos desafios da escolarização do público feminino da Educação de Jovens e Adultos – EJA, inserido nos cursos ofertados pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) campus Vitória. Para tal objetivo, pretende-se analisar, na perspectiva das relações sociais de gênero, as experiências que configuram a trajetória



escolar desse segmento estudantil no período de 2010 - 2014. Os aportes teóricos que embasam o trabalho interrelacionam, numa perspectiva dialógica, os estudos acerca das relações sociais de gênero e do campo Educação e trabalho. Desenvolve-se uma pesquisa de abordagem qualitativa pautada no Estudo de Caso com enfoque nas histórias de vida. Para a produção dos dados será utilizada a técnica de entrevista com as discentes do Programa para trazer à tona memórias acerca das suas experiências enquanto estudantes do Ifes. Os resultados preliminares apontam que esse segmento estudantil, além das dificuldades enfrentadas de ordem socioeconômica e cognitiva, quando retorna à escola, também convive com outros obstáculos, como os determinados pelas relações sociais de gênero.

Karolina Dias da Cunha

Universidade Federal de Espírito Santo

As mulheres brasileiras no século XIX.

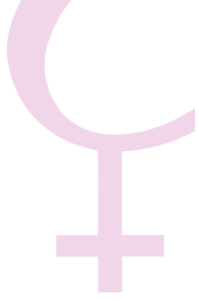
Este trabalho tem como finalidade apresentar uma abordagem sobre a vida das mulheres do Brasil no século XIX. Bem como, reconhecer os diferentes papéis que as mulheres exerciam no cotidiano da sociedade brasileira no decorrer deste século, que atravessava por muitas transformações econômicas, sociais e culturais. O texto está dividido em três partes nas quais se apresenta, primeiramente, uma breve apresentação do cenário dos centros urbanos brasileiros. Posteriormente, visualizaremos o cotidiano das mulheres brasileiras e a inserção nos espaços públicos, como o espaço escolar, os campos de trabalhos e o religioso, inicialmente bastante atrelado ao ambiente escolar. E por fim abordaremos as primeiras reivindicações das mulheres brasileiras na sociedade do século XIX, como a inclusão nas escolas de ensino superior e o direito ao voto.

Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Universidade de São Paulo

Militância política e feminismo de esquerda: o caso da União Feminina do Brasil (UFB).

Pouco estudada, a União Feminina do Brasil, uma associação de mulheres surgida em meio às agitações políticas dos anos 1930 e vinculada aos movimentos de esquerda daquele período, permanece, até os dias de hoje, 79 anos após a sua fundação, uma



experiência de militância feminista amplamente desconhecida. As referências à sua existência aparecem geralmente atreladas à memória de mulheres que constituíram sua liderança, sem qualquer enfoque mais específico. Esquecida pela maioria dos estudos sobre o movimento feminista das primeiras décadas do século XX, no Brasil, a UFB também emergiu como uma das vozes dissonantes à corrente sufragista que preponderava na época. O objetivo desta comunicação é apresentar algumas discussões iniciais sobre a história, os propósitos e as principais questões políticas que mobilizaram esta organização de mulheres, desde sua luta em defesa dos direitos femininos até sua adesão à política de “frente popular”, em 1935.

Sérgio da Silva Machado Junior

Universidade Federal de Mato Grosso

Escola, sexualidade e família : buscando caminhos através da educação histórica.

O artigo discute os resultados de uma pesquisa em uma escola pública no Mato Grosso entre alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano sobre suas percepções de família e gênero. A pesquisa intencionou colher e analisar respostas sobre a compreensão dos alunos quanto aos significados de família, homem, mulher, pai, mãe e homossexualismo. O questionário busca no público alvo, também, eventuais sentimentos críticos na forma como percebem os fatores gênero e família. A partir das respostas, o pesquisa almeja investigar elementos importantes e recorrentes atuantes na construção das visões de mundo desses alunos. Intenciona-se, a partir da discussão desses dados, a elaboração de diretrizes e iniciativas nos ambientes escola e comunidade para desconstrução de eventuais preconceitos homofóbicos, naturalizações de papéis de gênero, cristalizações de modelos de família e prevenção de violência. Como ação inicial, buscar-se-á a desconstrução de percepções e preconceitos através de intervenções pontuais na disciplina história.



Tainara dos Santos Bastos

Universidade do Estado da Bahia

Portfólios metodológicos: refletindo a práxis docente.

O presente artigo objetiva discutir algumas interpretações da análise corpus da pesquisa referente ao subprojeto de Iniciação Científica (PICIN-UNEB) intitulado Os dilemas dos estudantes/professores de Língua Portuguesa da UNEB nos anos iniciais da formação: entre os saberes curriculares, saberes disciplinares e a sala de aula, desenvolvido em 2012/2013 a fim de, através das falas das próprias docentes em formação demonstrar as questões referentes a importância da escrita dos portfólios como dispositivo metodológico durante o processo de estágio na formação do curso de Letras com Habitação em Língua Portuguesa e Literaturas do Campus II da UNEB, estágio III.

GÊNERO, HISTÓRIA E EDUCAÇÃO 2

(Local: Sala 18 do IC3)

Antonio Lopes De Souza Neto E Sidnei Quezada Mereiles Leite

Instituto Federal do Espírito Santo

Um breve histórico sobre a educação em direitos humanos, gênero ediversidade sexual no estado do Espírito Santo.

O presente trabalho trata de investigação de mestrado que visa estudar as relações existentes entre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Foi realizado um breve histórico contendo os aspectos dos direitos humanos, de gênero e da diversidade sexual no estado do Espírito Santo nos últimos dez anos. O estudo apontou algumas ações governamentais em níveis federal e estadual, como por exemplo, o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos com indícios de inovação na educação básica em conexão com preceitos da educação democrática.



Edilange Borges de Souza

Universidade do Estado da Bahia

Docência na roça: memórias de professoras aposentadas da comunidade rural de Quizambu- Alagoinhas-BA

O presente trabalho discute sobre o percurso docente de três professoras aposentadas da comunidade rural de Quizambu no município de Alagoinhas BA. A proposta da elaboração do trabalho surgiu a partir da pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Narrativas de professores rurais: modos de leitura e suas implicações no fazer pedagógico”. A pesquisa utilizou-se da abordagem autobiográfica para análise do corpus e usou como instrumento para coleta de dados, a entrevista narrativa. O presente ensaio discute como as pesquisas autobiográficas tornam-se fundamentais no tocante à investigação sobre formação e profissão docente, pois a autobiografia permite o sujeito professor a pensar em si revisando o que compreende sobre seus saberes e sua prática pedagógica. Por fim o ensaio revela que ao estudar processos educativos através de memórias de professoras aposentadas é possível encontrar respostas precisas e pertinentes para se entender os modos de educação atual com base nos modos de educação de décadas passadas.

Gabriela Pinto de Moura e Karla do Carmo Caser

Universidade Federal do Espírito Santo

A mulher arquiteta/arquiteta paisagista: história e gênero na configuração de novas perspectivas para o ensino

Diversas pesquisas internacionais, que tiveram início nos anos 70 com o movimento feminista, passaram a explorar as relações de gênero em arquitetura e arquitetura paisagística, buscando obter um melhor entendimento dos mecanismos de ação desvantajosos e muitas vezes sutis, para o gênero feminino, de forma a levar a profissão a apoiar a diversidade. Estas pesquisas vêm sendo desenvolvidas em três áreas, objetivando: 1. Histórica: repensar o papel e dar o merecido crédito às mulheres na história da profissão, buscando reescrever a história da arquitetura; 2. Espacial: explorar como as mulheres vivenciam o ambiente doméstico e público (relação mulher e ambiente); 3. Teórica: desenvolver estudos e estruturas conceituais que analisam o papel da arquitetura e paisagem na construção das identidades e do gênero, de forma a instruir



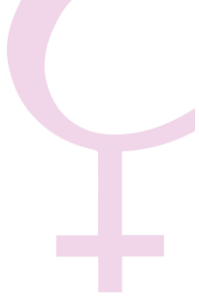
o ensino da arquitetura. Neste artigo primeiramente é apresentado um breve panorama do ensino e prática profissional das mulheres em arquitetura e arquitetura paisagística, destacando estudos recentes sobre a situação contemporânea nas escolas de arquitetura e na prática profissional. Em seguida é apresentada uma revisão de estudos que vem sendo desenvolvidos nestas três áreas, evidenciando as contribuições interdisciplinares e seus rebatimentos no ensino e na prática projetual arquitetônicos. Assim, espera-se contribuir para uma maior conscientização das relações de gênero e dos mecanismos engendrados nas relações pessoa-ambiente e de trabalho em Arquitetura.

Luane Tamires dos Santos Martins

Universidade do Estado da Bahia

Os impactos dos estudos de gênero para a construção de uma escrita literária resiliente.

O artigo em questão trata-se de um recorte do projeto de pesquisa intitulado “O ato de escrever e de se reescrever: em foco Raquel de Queiroz e Conceição Evaristo.” A discussão aqui proposta visa refletir sobre a desconstrução do cânone literário considerando os estudos de gênero na perspectiva feminista, bem como, a possibilidade de existir uma escrita considerada feminina. Para tanto, nos valeremos das perspectivas teóricas de alguns autores, como Roberto Reis (1992) para discutir o cânone literário; teóricas feministas, a exemplo de Gaucira Lopes Louro (1997), Maria Inês de Moraes Marreco (2010) e Zilda Freitas (2002) para discutir gênero, escrita feminina e invisibilidade da mulher na literatura; e Silviano Santiago (2004) na discussão dos impactos dos estudos feministas para a desconstrução do cânone literário. Por fim, esperamos contribuir para uma reflexão crítica sobre a relação entre gênero, cânone e escrita feminina, ao passo em que questionamos a exclusão da mulher escritora e a sacralização do cânone literário reforçado culturalmente nos moldes patriarcalistas.



Nádia Soares Bezerra e Cristiane Araujo de Mattos

Universidade Federal do Espírito Santo

As expressões e linguagem advindas do machismo influenciados pelos meios de comunicação de massas.

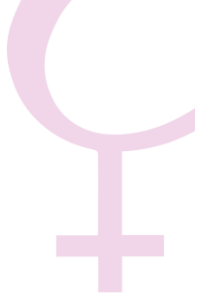
Este trabalho visa analisar como os meios de comunicação, através da história enraizada do machismo e do sexismo, colaboraram e influenciaram para o surgimento da expressão “eu vou comer você”. Sendo assim será abordada a influência das mídias massificadas e como o poder da música atua sobre as grandes massas, uma vez que por meio dela encontra-se uma forma peculiar de tornar natural a expressão “eu como você”. O trabalho irá transcrever através de diversos autores a visão histórica da sexualidade e o erotismo e em que ponto há um elo com o tema abordado e especificamente com a frase a ser analisada. A visão do feminismo e qual o papel da mulher perante o uso contínuo dessa expressão no cotidiano social. Através da apresentação deste tema o que se espera é uma autoanálise social sobre como e porque expressões como essa tende a se tornarem naturais e parte integrante do dialeto brasileiro.

Thaís Batista de Andrade Arantes

Universidade Federal de Ouro Preto

Mulheres, missionárias, professoras: O trabalho de Clara Gammon e Carlota Kemper no Instituto Evangélico de Lavras.

Nesse trabalho buscaremos entender, através de um olhar para a história do Instituto Evangélico de Lavras, a participação feminina na educação e no trabalho missionário presbiteriano desenvolvido na cidade de Lavras e no sul de Minas. Através de escritos biográficos e cartas dessas missionárias, Clara Gammon e Carlota Kemper, poderemos realizar um estudo que busque preencher, mesmo que parcialmente, as lacunas deixadas pela falta de investigação da história dessas mulheres nessa Instituição. Ressaltamos também a importância de se inserir a categoria religião para se analisar as relações entre os sexos, pois a mesma se constitui como ponto central da ideologia que compõe as relações de poder entre os sexos (ALMEIDA, 2007: 64), uma análise própria dos estudos de gênero. Essas mulheres que vieram solteiras de sua pátria, cumprindo um ideal religioso, permaneceram grande parte de suas vidas no Brasil, assumindo cargos de



importância, não só nas escolas do Instituto como também dentro da própria Junta de Missões, e romperam assim, mesmo que de forma indireta, com o “ideal de mulher” na época.

GÊNERO E VIOLÊNCIA 1

(Local: Anfiteatro 01 do Anexo)

Camila Lenhaus Detoni

Ministério Público do Estado do Espírito Santo

Discutindo sobre violência de gênero, lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha e temas controversos nas promotorias de justiça.

Este trabalho foi implantado em 2014 e tem como um dos seus objetivos fortalecer a rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, por meio de encontros que possibilitem o aprimoramento dos serviços prestados pelas Promotorias de Justiça que atuam no atendimento às mulheres no Estado do Espírito Santo. Busca-se, ainda, promover subsídios aos promotores de justiça que atuam na área de violência doméstica, bem como os servidores e estagiários das respectivas Promotorias, contribuindo para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público em conjunto com as redes de serviços. Nos encontros são discutidos temas como: violência de gênero; ciclo da violência; aspectos controversos da lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha e serviços de atendimento à mulher em situação de violência.

Camila Rodrigues da Silva

Universidade Estadual Paulista

A construção da memória e o impacto da Lei Maria da Penha/2006 no cotidiano das mulheres vítimas de violência doméstica.

A presente pesquisa tem como objetivo identificar os principais impactos no que se refere a implementação da Lei Maria da Penha/2006, bem como suas possíveis mudanças, permanências e conflitos no cotidiano das mulheres vítimas de violência que procuram a

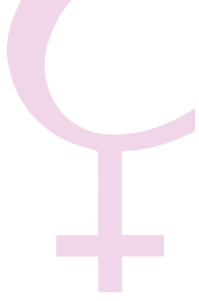
Delegacia de Defesa da Mulher de Marília/SP. Por meio de relatos múltiplos, documentos jurídicos e notícias veiculadas pela mídia impressa local, analisaremos como se dá a construção da memória individual e coletiva dessas mulheres durante e após o processo jurídico instaurado, apresentado por memórias subterrâneas que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à “memória oficial”. Cada vez mais a sociedade brasileira reconhece a indispensabilidade da criação e efetivação de leis que atendam a segmentos alvos da vulnerabilidade social, desigualdade social bem como a diferenciação entre os sexos e a construção de microssistemas é a moderna forma de assegurar direitos a quem merece proteção diferenciada. Conseqüentemente reforça-se a importância do uso da categoria Gênero para identificar questões complexas e sutis que envolvem as assimetrias entre os sexos no campo jurídico, social e principalmente cultural.

Jacqueline Medeiros Caminoti

Universidade Federal do Espírito Santo

O corpo feminino e a legislação brasileira: Do Código Filipino ao Código Penal de 1940.

O corpo, além de sua definição biológica é também a imagem, os discursos, as representações e os sentidos que dele se produzem. Em especial, o corpo feminino sempre foi foco de diversos discursos, sejam eles médicos, poéticos, políticos, religiosos e também jurídicos. No Brasil, as relações de gênero sempre ocorreram de maneira assimétrica, com a dominação do homem sobre a mulher e, através do estudo das legislações brasileiras, percebemos que muitas vezes o próprio Estado legitimava o poder e a dominação masculina. Este trabalho se propõe a resgatar - desde as Ordenações Filipinas até o Código Penal de 1940, passando pelo Código Criminal de 1890 – a maneira como o Estado tratava a violência contra a mulher, em especial os crimes sexuais. Pretendemos demonstrar que tais delitos não eram vistos como crimes contra a mulher enquanto sujeito e sim um atentado aos “bons costumes” e à honra das famílias.

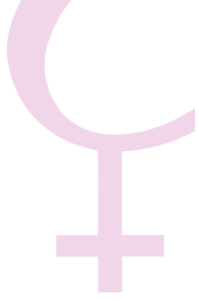


Luana Rodrigues da Silva

Universidade Estadual Norte Fluminense

Lei Maria da Penha ou Lei 9.099: a visão dos operadores do Direito em um Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Este trabalho tem como foco compreender os diferentes posicionamentos dos operadores do Direito sobre as formas como administram os conflitos enquadrados na Lei Maria da Penha. O trabalho de campo foi desenvolvido no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da cidade de Campos dos Goytacazes nos anos de 2011 – 2012. Além do acompanhamento das audiências, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com o juiz, o defensor público e o promotor desse juizado, criado a partir da lei Maria da penha, que tirou da alçada da Lei 9.099 os casos de violência contra a mulher com penas inferiores a três anos. A banalização desse tipo de violência, pelas penas irrisórias como o pagamento de cestas básicas e a desconsideração das desigualdades de gênero, causou um descontentamento no movimento de mulheres estimulando a elaboração de uma nova lei, que tratasse a violência de gênero com maior rigor. Com esse intuito, previu a criação de juizados especialmente dedicados a esses casos, cujos ritos processuais obedeceriam a outra lógica, não mais baseada na informalidade e celeridade. Em Campos dos Goytacazes, os dois juizados – Juizado de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Criminal – funcionam no mesmo prédio, sob responsabilidade de um mesmo juiz, o que tem como consequência a sobreposição de lógicas e ritos, o que pode ser percebido pelo discurso dos operadores do direito que atuam no primeiro. Percebe-se um confronto entre as representações sobre esse tipo de conflito e sobre as formas jurídicas como devem ser tratados. Assim, práticas que obedecem aos princípios da Lei 9.099 são aplicadas a casos tipificados na Lei Maria da Penha, privilegiando-se a preservação da família em detrimento dos direitos individuais da mulher.



Mariana Lima Winter

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Uma análise das decisões judiciais nos casos de defloração e estupro na Comarca de Campos dos Goytacazes (1890 - 1930).

Através deste estudo, procuramos analisar a construção do discurso nos autos criminais de defloração e estupro da Comarca de Campos dos Goytacazes, no período de 1890 a 1930. Buscamos compreender como as representações sociais de gênero, tanto dos operadores da justiça, quanto das partes envolvidas no processo, interferem na construção da verdade jurídica. Buscamos, ainda, verificar como as doutrinas jurídicas que embasam o discurso dos operadores do direito influenciam sua visão dos papéis sociais de homens e mulheres, interferindo, assim, no seu julgamento sobre a natureza desses crimes, tal como aparece nas petições, contestações e sentenças. As falas registradas nos autos referentes aos crimes de defloração e estupro evidenciam, particularmente, as diferentes representações sobre as mulheres e a sexualidade feminina que se confrontam na construção da verdade jurídica.

Tereza Cristina Ataíde Cápua

Universidade Federal do Espírito Santo

Lei Maria da Penha: resultado da análise de processos transitados em julgado.

Este trabalho teve como objetivo a análise de 05 (cinco) processos da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que transitaram em julgado na 2ª Vara Criminal de Guarapari/ES no ano de 2013, visando constatar se o escopo da lei foi atingido, ou seja, se há efetivamente o combate à impunidade de agressores de mulheres naquela amostragem.

O estudo foi realizado em processos sentenciados, analisando o tempo médio de duração para o julgamento (da distribuição ao trânsito em julgado); o tempo de instituição das medidas protetivas (da solicitação da medida requerida pelo delegado à decisão e decretação pelo Magistrado); a análise do tipo de sentenças proferidas (condenatória, absolutória, tempo de pena); período de tramitação processual, dentre outros.



GÊNERO E VIOLÊNCIA 2

(Local: Sala 05 do Anexo)

Alex Silva Ferrari

Universidade Federal do Espírito Santo

Criminalização da violência doméstica: uma análise do impacto da lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) no registro da violência conjugal na DEAM-Vitória (2002-2010)

O projeto de mapeamento da violência contra a mulher com base nos registros da Delegacia de Atendimento a Mulher da cidade de Vitória-ES (DEAM-Vitória), realizado pelo Laboratório de Estudos de Gênero Poder e Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (LEG-UFES) possibilita não só o estudo dos números da violência contra a mulher na cidade. A análise dos dados colhidos trazem inúmeros fatores que envolvem esses casos, como por exemplo, a influência das mudanças legislativas e sistêmicas nas denúncias feitas nessa instituição. É pensando nesse fenômeno que o presente trabalho tem como objetivo discutir o impacto e transformações da criminalização da violência doméstica promovido pela Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) nas denúncias de casos de violência conjugal na cidade de Vitória-ES.

Bianca Barcelos Rodrigues

Ministério Público do Estado do Espírito Santo / NEVID

Discutindo violência de gênero com policiais: a experiência do Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

O NEVID, órgão vinculado ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, desde 2012 reformulou sua atuação com a instituição de nova sede, coordenação e estratégias de trabalho. Neste mesmo ano implantou o Projeto Capacitação de Policiais sobre Violência de Gênero, que consiste em discutir por meio de palestras dialogadas, temas como: violência de gênero; violência doméstica contra as mulheres; ciclo da violência; Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha e serviços de atendimento às mulheres em situação de



violência. Até maio de 2014 haviam participado das atividades 1.592 policiais e 407 técnicos/as da rede de atendimento.

Jéssica Oliveira Freitas

Universidade Federal do Espírito Santo

O consumo de álcool e sua relação com a violência contra a mulher na cidade de Vitória, Espírito Santo- DEAM-Vitória (2002-2010)

Nesta pesquisa, buscamos compreender a relação entre o consumo de álcool e a violência contra a mulher por meio da leitura dos boletins de ocorrência registrados no período de 2002-2010 na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, localizada no bairro de Santa Luiza, em Vitória, Espírito Santo. O presente trabalho busca analisar os discursos que afirmam que o consumo de álcool em si é o motivador da violência contra a mulher e estabelecer uma relação entre o uso de álcool, a violência contra a mulher e a renovação de um discurso patriarcal, que é dominante no Brasil desde o período colonial. Por meio da análise dos dados apresentados nos boletins registrados na primeira década do século XXI, foram produzidos cálculos relativos sobre a vítima e o autor e constatou-se que cerca de 12 % das ocorrências registradas no período estão associadas ao consumo de álcool.

Luciana Silveira

Universidade Federal do Espírito Santo

Violência geracional contra mulheres idosas: o caso de Vitória-ES

Em seu artigo, “Violência contra mulheres idosas”, Alda Britto da Motta aponta que a grande maioria dos trabalhos sobre violência de gênero tem se restringido à vitimização das mulheres em idade jovem, no período reprodutivo. E critica o feminismo, tão eloquente no tocante à denúncia da violência doméstica contra as mulheres jovens, mas que ignora as manifestações de violência quando a mulher atinge a velhice. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da transversalidade das categorias de gênero e geração na análise da violência contra a mulher idosa e a necessidade de contemplar outros contextos em que o fenômeno se manifesta, além do conjugal. Desse modo, a



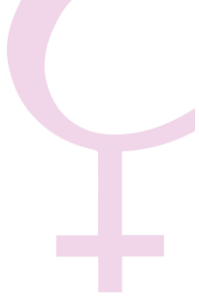
hipótese levantada é a de que a violência contra a mulher idosa é uma expressão tanto das desigualdades de gênero e de geração, amparadas nos preconceitos que envolvem a velhice, pois, em âmbito familiar, é praticada, principalmente, por filhos, filhas, netos e netas.

Sandra Ferreira dos Santos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Política matrimonial na Magna Grécia: objetificação ou valorização da mulher?

Uma questão que tem sido motivo de grandes debates trata da formação dos grupos de imigrantes gregos que se dirigiram para o sul da Itália, no movimento que se convencionou chamar de colonização grega. Considerando o que sabemos sobre a história local parece mais razoável que os homens fossem sozinhos e se casassem com mulheres nativas, realizando, assim, alianças com a população local. Esta questão é fundamental, na medida que desejamos pensar sobre a importância das mulheres na formação da identidade do grupo e na legitimação política e social dos gregos que chegavam. As uniões entre homens gregos e mulheres locais legitimavam a descendência, a participação e a permanência grega no local, passando-se, assim, o poder através das mulheres. A prática dos acordos matrimoniais não era incomum na Magna Grécia. Dioniso I se utilizava de uma “política matrimonial” como forma de legitimação para sua política expansionista, oferecendo mulheres da elite siracusana como esposas para governantes de localidades com as quais desejava firmar acordos. Vê-se, desta forma, o poder simbólico e o papel nada secundário dado à mulher na Magna Grécia, apesar de ser vítima de políticas tão violentas e absurdas como estas.



Suellen André de Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense

Representações de gênero e atendimento policial a mulheres vítimas de violência em Campos dos Goytacazes: das distritais à DEAM.

No dia 06 de junho de 2014 foi inaugurada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM em Campos dos Goytacazes. Fruto da reivindicação do movimento feminista local há mais de uma década, tal política pública representa uma conquista no enfrentamento a esse tipo de violência. Antes da criação da DEAM, os casos de violência contra a mulher eram atendidos, no município, em duas delegacias distritais. Entre os anos de 2008 e 2009, realizamos observação etnográfica nessas duas unidades e agora propomos dar continuidade à pesquisa comparando as formas de atendimento policial analisadas com as da nova unidade, para onde foram transferidos, inclusive, alguns inspetores que atuavam nas delegacias distritais. Procuraremos perceber mudanças no tratamento dos casos de violência contra a mulher, focalizando particularmente a violência conjugal, e analisando como diferentes representações de gênero se confrontam e se articulam na construção de uma verdade sobre as ocorrências registradas.